

Como mudar o mundo sem tomar o poder.
How to change the world without taking the power

Elisabeth Sekulic Thobani¹

O livro “Como mudar o mundo sem tomar o poder”, do sociólogo e filósofo irlandês, John Holloway, foi editado pela primeira vez na língua portuguesa em 2003, pela Editora Boitempore sendo que, logo de início, provocou uma onda de calorosos debates com a extrema esquerda por tratar conceitos como revolução, fetichismo, Estado e poder de uma maneira não condizente com o pensamento da esquerda ortodoxa.

Embora não se possa estimar até que ponto Holloway tenha acertado ou errado ao indicar este caminho, diversos pontos da obra chamam à atenção, tanto pela criatividade das idéias que apresenta, quanto pelo estilo de linguagem envolvente, que consegue tratar conceitos filosóficos bastante densos com surpreendente leveza.

Segundo Holloway, não seria o pensamento racional, mas sim “o grito”, que marcaria o início de qualquer ação que pretenda alguma mudança na ordem social. Em sua visão, a excessiva racionalização dos problemas faria com que a emoção fosse dissipada e assim se perdesse a capacidade de luta. Isto se daria porque a busca da compreensão exata dos fenômenos poderia acabar criando resistência no próprio indivíduo, não pelo que se aprende, mas pela estrutura de pensamento que se desenvolve durante este processo de aprendizagem.

É interessante observar como o autor utiliza-se do pronome “nós”, que considera esta posição como a mais honesta porque mostra a própria percepção dos fatos. Para Holloway, não se pode começar de nenhum outro lugar que não seja de nossos próprios pensamentos e sentimentos. Entretanto, o autor reconhece que a opção explícita para o uso do pronome “nós” abre espaço para contradições, que talvez não viessem à tona tão claramente se o autor optasse pela linguagem mais acadêmica. A primeira delas é que obviamente não somos todos iguais, nem pensamos da mesma forma, portanto, nem o autor sente exatamente a mesma coisa que o leitor, nem os leitores sentem a mesma coisa entre si. A segunda, diz respeito a “nós” no sentido de um “eu” em relação com o mundo externo e, ainda, com relação ao

¹ Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Mestre em Políticas Públicas de Saúde pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

nosso interior, nos dividindo contra nós mesmos, uma vez que não somos os mesmos em todos os momentos, não somos a expressão do consenso dos nossos próprios sentimentos, ao contrário, somos o resultado de sentimentos mutantes e contraditórios.

Freqüentemente o autor utiliza-se de exemplos que servem não apenas para dar base a sua argumentação lógica, mas também para transmitir uma infinidade de fortes sensações, que, muitas vezes, convencem mais do que as suas palavras. Esta forma de se expressar pode ser identificada em diversas passagens do livro, entre as quais, está a que o autor compara os indivíduos a moscas presas numa teia de aranha. Este seria, segundo ele, o lugar de onde deveríamos começar qualquer estudo: imersos num emaranhado totalmente desordenado. Todavia, a metodologia acadêmica ensina que se deve tomar distancia do objeto de estudo para que se possa analisar com objetividade e cientificidade. Mas quando se pretende estudar a sociedade, como seria possível começar simulando estar fora da desarmonia da nossa própria existência? Tal como moscas presas numa rede de relações sociais que estão além do nosso controle, só poderíamos nos libertar cortando os fios que nos aprisionam. Só negativamente, criticamente, poderíamos tentar nos emancipar, nos distanciar do lugar onde estamos. Nesta situação não haveria lugar para objetividade. Como olhar a teia de aranha de fora estando presa nela? Desta maneira, qualquer estudo sobre teia de aranha que não começasse pelo fato que a mosca está presa nela seria uma mentira.

Com diversas outras alegorias, o livro reforça a força da negatividade reiteradamente, apresentando o grito como uma recusa à aceitação: uma recusa a aceitar que a aranha nos comerá; que morreremos nas rochas ao cair do penhasco; uma recusa a aceitar o inaceitável; à aceitar a verdade do falso; a sermos vítimas da opressão; a submergirmos numa “melancolia de esquerda”, ao papel de Cassandra ao predizer a queda do mundo enquanto se aceita que não há nada a fazer; uma recusa a sermos contidos. Ao mesmo tempo, o grito representaria também uma positividade no sentido de um ir além da margem, superando os limites das teias que nos amarram.

O grito de Hollowey é por isso bidimensional, pois a ira que se sente também implica uma esperança de que existam alternativas possíveis. Esta dualidade gera uma tensão permanente entre o que existe e o que poderia existir. Assim, ao se dizer *“vivemos numa sociedade injusta, mas desejamos o contrário”*, seria preciso ter em mente que as duas partes da oração são verdadeiras e inseparáveis e existem em contradição, o que dá uma dimensão dual da realidade.

O autor lembra que essa separação entre o que “é” e o que “devia ser” começou com Maquiavel, que lançou as bases do realismo. Todavia, insiste que esta separação não deveria existir, pois não existe uma divisão clara e permanente entre estas duas situações. Ao contrário, nós vivemos em tensão constante com aquilo que não somos, ou com aquilo que não somos ainda. Assim, a força do grito não depende a existência futura do que “devia ser”, mas da sua existência presente como possibilidade.

A força dos argumentos do autor não pode ser considerada marxista ou não marxista, embora, trabalhe com questões que também fazem parte desta mesma temática. Ele próprio reconhece que procura dar outro tom ao discurso, já que não tenta descrever os horrores do capitalismo. Em suas palavras fica claro que quer apresentar algo além deste tipo de perspectiva: *“muitos outros já fizeram isso, além disso nossa própria experiência nos conta essa história – o autor dá essa história como realizada”*.

Percebe-se que seu enfoque está muito mais na necessidade de se despertar o sentimento de indignação perante as mazelas do capitalismo do que análise do sistema capitalista em si. A perda da esperança em uma sociedade melhor nos teria feito esquecer a nossa indignação ou negatividade e é essa negatividade que ele quer resgatar ao tentar teorizar o mundo na perspectiva do grito.

Um dos pontos que geram maiores controvérsias nesta obra é a forma pouco convencional como se discute a questão do Estado. Seu ponto de partida é apontar as fragilidades das propostas que colocam o controle do Estado como fator fundamental para a revolução, lembrando do paradigma que predominou no pensamento revolucionário por mais de um século, segundo o qual o Estado é a primeira resposta que surge frente as nossas angústias.

Nesta concepção, um dos grandes debates da esquerda sempre foi se as mudanças através do Estado deveriam se dar pela reforma ou pela revolução, considerando que a reforma seria uma transição gradual para o socialismo pela via eleitoral e eleições e parlamentar; já a revolução seria uma transformação muito mais rápida, que se conseguiria com a tomada do poder estatal. Ambas as posições sempre se centraram na busca do poder estatal que era tratado, freqüentemente, como o próprio objetivo maior a ser atingido.

O autor apresenta, ainda, uma terceira posição, a anarquista, que, ao contrario das duas anteriores, objetivaria a eliminação total de todas as formas de

governo compulsório. De um modo geral, os anarquistas seriam contra qualquer tipo de ordem hierárquica que não seja livremente aceita e, assim, preconizam os tipos de organizações libertárias. No entanto, esta nunca foi uma visão predominante quer seja no meio revolucionário, quer seja no meio acadêmico.

Assim, segundo Holloway, o que sempre predominou foram as duas primeiras visões, e, por isto, a luta pelo poder foi um veículo de esperança durante boa parte do século passado. Todavia, este tipo de esperança acabou por matar a própria esperança à medida que o século avançava. O que o levou a concluir que, aparentemente, a impossibilidade de revolução no começo deste século refletiria o fracasso histórico de um conceito particular de revolução, o conceito que identificava a revolução com o controle do Estado. Sendo assim, tanto o enfoque revolucionário, neste sentido particular, quanto o enfoque social-democrata teriam fracassado.

Os governos comunistas certamente diminuiriam a desigualdade, mas fizeram pouco pela liberdade. No caso dos governos social-democratas reformistas, ainda que em alguns casos se tenha conseguido melhorias na segurança material, sua atuação na prática se diferenciou muito pouco dos governos que estão abertamente a favor do capitalismo, pois há muito tempo abandonaram a idéia de uma reforma social radical.

Uma das evidências dessa falta de consenso seria que “traição” foi utilizada como palavra de ordem do período. Um governo após o outro, seja de esquerda ou de direita, foi acusado de trair os ideais que os apoiavam. Holloway reafirma que, ao invés de se focar o tema “traição”, dever-se-ia rever a idéia de que a sociedade pode ser mudada por meio da conquista do poder do Estado.

Ele segue com sua argumentação lembrando que atribui-se ao Estado uma autonomia que ele não tem. O que o Estado faz está limitado e condicionado pelo fato de que ele existe apenas como um nó em uma rede de relações sociais, que se centra de maneira crucial na forma em que o trabalho está organizado. Se o trabalho está organizado sobre uma base capitalista, significa que o Estado está limitado e organizado para manter esse sistema do qual faz parte. Assim, qualquer governo que realize ações significativas contra os interesses do capital terá como resultado uma crise econômica.

Habitualmente os movimentos revolucionários inspirados no marxismo tomam o Estado como um instrumento manipulado pela classe capitalista, mas

esquecem-se de que, depois da revolução o Estado será manipulado pela classe trabalhadora, segundo o seu próprio interesse.

Esta visão abstrai o Estado da rede de relações de poder na qual está imerso. Sendo que a noção do Estado na rede de relações sociais é muito mais forte e mais sutil do que a noção de instrumentalidade sugerida. Por isso, Holloway afirma que o erro dos movimentos marxistas não foi negar a natureza do Estado, mas compreender de maneira equivocada o seu grau de integração na rede de relações sociais capitalistas.

A concepção do Estado transformista pressupõe uma abstração prévia aos seus limites espaciais, um recorte conceitual de suas relações dentro de suas fronteiras. Mas o problema é que as relações sociais não coincidem com as fronteiras nacionais. Não existe razão para que o empregador e o empregado, o produtor e o consumidor devam estar no mesmo território.

A rede social em que os Estados nacionais estão imersos sempre foi global justamente por este motivo, muitos acreditam que, para ter sucesso, a revolução tem que ser internacional, o que, sem dúvida, torna o processo ainda mais difícil. Mas o cerne desta questão não é a dificuldade de se fazer uma revolução internacional, mas o fato de que este tipo de luta já estaria perdida desde o início, tendo em vista que o problema maior está justamente nas relações de poder que permanecem ou se reconstituem através deste processo. Holloway ressalta que, se nos rebelamos contra o capitalismo, não é porque queremos um sistema de poder diferente, é porque queremos uma sociedade em que sejam dissolvidas as relações de poder. Mais ainda, não se poderia construir uma sociedade de não poder por meio da conquista do poder.

O problema maior da revolução não teria sido, então, aspirar muito, mas ter aspirado pouco. O que falhou foi a idéia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. A única maneira de se imaginar uma revolução agora seria com a sua dissolução e não com a sua conquista. Este seria, para o autor, o grande desafio revolucionário do séc. XXI: *“mudar o mundo sem tomar o poder”*.

Tendo como pressuposto a ineficácia do poder, Holloway apresenta como desafio a necessidade de se criar um “anti-poder”. Este desafio foi formulado mais claramente com o levantamento zapatista no México, quando se afirmou, desde o início do movimento, em 1991, que queriam formar um mundo novo, com dignidade e humanidade, mas sem tomar o poder.

Esta forma de atuação parece ser condizente com a dinâmica de relações sociais que se apresenta na atualidade, momento em que o descontentamento social tende a se expressar de maneira muito mais difusa do que em tempos anteriores quando predominava a adesão a movimentos revolucionários ou o apoio a partidos socialdemocratas. Esse descontentamento se manifesta por meio da participação em organizações não governamentais, de campanhas em torno de temas específicos e projetos comunitários.

Embora Holloway não apresente conclusões definitivas, sugere uma completa mudança de paradigma no modo de buscar a resolução das questões sociais ao aceitar que não pode haver uma certeza de final feliz, mas que pode-se buscar esperança na natureza do próprio poder capitalista. Isto porque, um poder ubíquo implicaria uma resistência ubíqua, presente em toda a parte, em todo momento, da qual, portanto, todos poderiam participar.